

A Atenção Primária à Saúde e os desafios para o cuidado integral

Nesse número da RAPS, os desafios para a integralidade do cuidado estão presentes no conjunto de artigos originais, de revisão e atualização e nos relatos de experiência, que abordam temáticas relativas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, em especial o diabetes mellitus e a hipertensão arterial sistêmica, a atenção e educação em saúde voltados para o cuidado a grupos específicos - homens, idosos, lactentes, escolares, trazendo também contribuições sobre planejamento e informação em saúde e análises de políticas de atenção à saúde e gestão do trabalho.

A complexa questão da transição demográfica e epidemiológica brasileira, que vem sendo debatida há décadas, impõe desafios para os sistemas municipais de saúde, em especial para o nível da Atenção Primária. É fato que essa transição, por um lado, decorre de avanços relativos a um maior acesso a tecnologias de prevenção, sobretudo às imunizações, com declínio importante da incidência de doenças infecto-parasitárias, em um contexto histórico de diminuição progressiva das taxas de fecundidade, ingresso das mulheres como componente da força de trabalho, urbanização e ampliação da escolaridade. De outro lado, no entanto, considera-se que está em curso uma modificação expressiva na composição etária da população, com projeções que informam que, por volta do ano de 2040, chegaremos a taxas negativas de crescimento, com a população de pessoas com 60 anos ou mais estimada em quase um quarto da população geral.¹

O impacto dessas mudanças no perfil epidemiológico já se faz sentir há mais de duas décadas, com o aumento, em números absolutos e relativos, da prevalência de agravos crônicos como o diabetes mellitus do tipo 2 e a hipertensão arterial sistêmica, relacionados a fatores como idade, alimentação, sedentarismo, entre outros. Os desafios incluem tanto a ampliação da inclusão da população adulta no Sistema Único de Saúde, pela expansão dos processos de rastreamento, como a qualificação das abordagens terapêuticas medicamentosas e não medicamentosas. A prevenção desses agravos tem sido objeto importante nas campanhas de divulgação, em que pesem as dificuldades para o rastreamento precoce de problemas que podem surgir de forma silenciosa e lenta. O acesso à informação, tanto para subsidiar a organização e oferta das ações de saúde, como para ampliar o conhecimento da população acerca desses e outros problemas, integra o conjunto de desafios e demanda olhares criativos que ampliem a participação dos sujeitos nesses processos.

A mudança no perfil epidemiológico não significa, no entanto, que as questões relativas ao cuidado voltado para crianças e adolescentes, ou a portadores de certas doenças infectocontagiosas, demandem menor atenção. Persistem os desafios para a atuação dos profissionais da Atenção Primária na promoção da saúde, por meio de ações educativas e ampliação da informação sobre saúde e daquelas com foco nos fatores de risco e danos.

Diante desses desafios, a crescente complexidade que se impõe para a consecução dos objetivos da APS encontra, na Estratégia Saúde da Família, seu melhor espaço para as práticas de saúde pautadas pela integralidade do cuidado, com atenção à produção de ações que tanto contemplem os projetos terapêuticos singulares como as abordagens coletivas sobre saúde, com a estruturação de equipes multiprofissionais, que coloquem em articulação os saberes específicos das áreas profissionais, convocando trabalhadores da saúde, gestores, setores acadêmicos e usuários para assumirem, de forma compartilhada e responsável, seus papéis como protagonistas no enfrentamento cotidiano desses e de outros desafios para a conquista da saúde.

Vida longa à Atenção Primária à Saúde: integral, comprometida e cada vez mais qualificada e reconhecida!

Helena Maria Scherlowski Leal David
Faculdade de Enfermagem da UERJ

Referências

1. Mendes ACG, Sá DA, Miranda GMD, Lyra TM, Tavares RAW. Assistência pública de saúde no contexto da transição demográfica brasileira: exigências atuais e futuras. *Cad Saúde Pública*. 2012; 28(5): 955-64.